



INTERESSE PÚBLICO - IP

132 Interesse Público (IP)
Belo Horizonte, ano 24, n. 132, mar./abr. 2022

Para acessá-la, o usuário deve visitar a [página da biblioteca](#) no portal TCU, realizar o login, selecionar a opção *Biblioteca Digital Fórum* e seguir as instruções.

DOCTRINA

Serviço público de transporte coletivo de passageiros, subsídio cruzado e exclusividade: apontamentos sobre a mitigação da livre iniciativa no caso do “fretamento colaborativo”
Flávio Henrique Unes Pereira

Enquadramento do tombamento provisório aos direitos fundamentais e ao Novo Código de Processo Civil
Bruna Rodrigues Colombarolli, Maria Tereza Fonseca Dias

A visão aristotélica da mulher é a origem da violência doméstica da atualidade?
Carolina Noura de Moraes Rêgo, Elza Vitória de Sá Peixoto Pereira de Mello

O princípio da subsidiariedade e o Novo Marco Legal do Saneamento Básico
Agélio Novaes de Miranda

Existe um contrato administrativo?
Álvaro Luiz Miranda Costa Júnior

Fatores reais de poder e as Constituições paralelas do Brasil
Manoel Carlos de Almeida Neto

Transparência e controle da atividade financeira dos estados e Distrito Federal em tempos da pandemia de covid-19
Lucas Bevilacqua, Paulo Martins

Tribunais de Contas e entidades fechadas de previdência
André Rosilho, Carlos Ari Sundfeld

Um ensaio sobre a possibilidade de adoção da regulação responsiva na Telemedicina
Flavia Bahia Martins

JURISPRUDÊNCIA

Supremo Tribunal Federal - Direito Constitucional e Sanitário - Recurso Extraordinário - Repercussão geral - Impossibilidade de atendimento de paciente pelo SUS - Serviços prestados por unidade privada de saúde em atendimento a ordem judicial - Ressarcimento - Observância do mesmo critério adotado para o ressarcimento do SUS por serviços prestados a beneficiários de planos de saúde

Superior Tribunal de Justiça - Direito Administrativo - Recurso Especial - Cobrança pelo ente federado pelo uso da faixa de domínio por concessionária de serviço público - Não cabimento - RE nº 581.947 - Distinguishing - Artigo 11 da Lei nº 8.987/1995 - Conflito entre concessionárias - Exigência de contraprestação - Possibilidade - Previsão no contrato de concessão - Imprescindibilidade

Superior Tribunal de Justiça - Recurso em Mandado de Segurança - Direito Administrativo - Intervenção em contrato concessão - Alegação de nulidades - Exercício do direito de defesa - Possibilidade somente após a decretação da intervenção, a partir do momento em que for instaurado o procedimento administrativo para apuração das irregularidades - Intervenção possui finalidade investigatória e fiscalizatória, e não punitiva - Ausência de Direito líquido e certo - Necessidade de dilação probatória

Tribunal Regional Federal da 1ª Região - Administrativo - Concurso público - Processo seletivo público - Exame de admissão ao Curso de Adaptação de Médicos da Aeronáutica do ano de 2021 - Portaria DIRENS nº 19/DPL/2020 - Prova prática oral - Apresentação incompleta de documentos de habilitação - Teste rápido sorológico para detecção da Covid-19 - Edital que exigia apresentação de teste RT-PCR ou teste de antígeno do SarsCov 2 - Eliminação de candidato - Vinculação ao instrumento convocatório - Legalidade. Apelação Cível nº 1001591-80.2021.4.01.3200

Tribunal Regional Federal da 2ª Região - Administrativo - Servidor público - Adicional de Plantão Hospitalar - Lei nº 11.907/2009 - Decreto nº 7.186/2010 - Conveniência e oportunidade da Administração Pública - Jornada reduzida - Inobservância da orientação normativa - Ausência de direito - Folga - Ausência de enriquecimento sem causa. Apelação Cível nº 0115808-18.2015.4.02.5050/ES

Ementário